

# dos três Poderes diminuem

Paulo Sérgio de Sousa

O saldo das despesas dos três Poderes — Legislativo, Judiciário e Executivo — alcançou, no final do primeiro semestre deste ano, um total de Cr\$ 23 trilhões 96 bilhões 582 milhões. Uma soma, sem dívida, elevada, mas que, curiosamente, é 12,6% inferior, em termos reais, aos Cr\$ 8 trilhões 228 bilhões 72 milhões acumulados em junho do ano passado (Cr\$ 26 trilhões 445 bilhões 23 milhões a preços atuais).

Os dados constam de documento re-servado elaborado pelo Departamento Económico do Banco Central, que registra — em valores nominais — os fluxos acumulados, mês a mês, das cotas de despesas liberadas para atender às necessidades dos três Poderes. Para a correção dos valores, foi utilizado o Índice Geral de Preços (disponibilidade interna) calculado pela Fundação Getúlio Vargas, que entre junho de 1984 e igual mês deste ano aumentou de 221,4%.

O que sobressai, especialmente, do documento é a redução nas despesas do Executivo, que foi da ordem de 13,9% reais. Como o peso do Legislativo e do Judiciário sobre o total é bem pequeno — 1,85 e 1,92%, respectivamente, em junho último —, acaba não tendo maior influência sobre o saldo acumulado global dos três Poderes o fato de que ambos apresentam expressivos crescimentos reais, de 29,7 e 55,6%, na mesma ordem.

O bom desempenho observado nas despesas do Executivo foi obtido principalmente graças a duas reduções significativas: nos encargos financeiros da União (menos 89,7%, em termos reais) e no Ministério da Previdência Social (menos 89,2%). A própria Presidência da República — que abriga, além do Gabinete, organismos como o SNI, o Estado-Maior das Forças Armadas, o Conselho de Segurança Nacional e a Vice-Presidência — registra no período, segundo os dados do Banco Central, uma redução da ordem de 17,2%.



Outros setores também contribuíram para a redução geral das despesas do Executivo, registrando quedas reais: encargos gerais da União (26,4%), Ministério das Minas e Energia (18,8%), Ministério da Indústria e do Comércio (18,4%) e Ministério das Relações Exteriores (13,9%).

Em compensação, alguns setores se destacam pelo aumento nas despesas, sendo liderados pelo Ministério da Justiça (mais 76,8% em termos reais). Seguem-se, por ordem de grandeza: Ministério da Fazenda (59,6%), Ministério do Trabalho (47,5%) e Ministério do Interior (33,9%).

Entre os Ministérios militares, a liderança, no que se refere ao aumento das despesas, cabe ao da Marinha, com expansão de 25,8% em termos reais. Bem perto encontra-se o Ministério da Aeronáutica, com 24,5%. O Ministério do Exército, contudo, ficou praticamente nos mesmos valores, com evolução desprezível.

Cabe observar, finalmente, que apenas três meses e meio deste ano — de 15 de março a 30 de junho, no levantamento do Banco Central — correspondem ao período da Nova República. Os fluxos anteriormente acumulados são do Governo Figueiredo. O documento não registra, ainda, os números para os Ministérios criados no atual Governo.

Despesas

12,6% até junho